



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Armani, Carlos Henrique  
História intelectual e redes contextuais  
Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 20, núm. 37, julho,  
2013, pp. 137-150  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574070207016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# História intelectual e redes contextuais

Carlos Henrique Armani\*

**Resumo:** Pretende-se investigar neste artigo a questão da historicidade do contexto histórico na história intelectual a partir de uma interlocução com a filosofia hermenêutica, com a desconstrução e com os estudos sobre redes intelectuais na América Latina. Como hipótese básica, entende-se que os estudos das redes intelectuais incrementaram significativamente a perspectiva do contexto histórico na interpretação das ideias, mas que uma articulação com a filosofia hermenêutica de Martin Heidegger e com a desconstrução de Jacques Derrida pode contribuir ainda mais para a radicalização do problema do contexto histórico.

**Palavras-chave:** História intelectual. Redes intelectuais. América Latina.

## Introdução

A definição do contexto histórico tem sido um problema para a história intelectual. Pode parecer paradoxal afirmar que, aquilo que é, na maior parte das vezes, tomado como o ponto de partida de uma investigação histórica possa ser o tópico principal de um debate. Mas é exatamente nessa razão que reside o interesse do questionamento. Antes de usar o contexto histórico para explicar ou interpretar a realidade das ideias, é o próprio contexto que deve ser explicado. Não é incomum estabelecer, em um trabalho acadêmico

---

\* Doutor em História pela PUCRS; Pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: carlos.armani@gmail.com.

de história intelectual, o contexto como lugar positivo da interpretação, o salvo-conduto de toda a objetividade e a garantia de que as ideias não habitam o mundo de Platão, mas estão ali, no seu *lugar* ou fora dele, sem que seja necessário problematizar qual a relação dos lugares com as escritas, dos contextos com os textos.

Pretendemos investigar, neste artigo, alguns contextos possíveis que podemos evocar ao interpretar um texto de uma determinada época (o trabalho básico do historiador intelectual), sem que o texto pare no *eidos* tão temido pelos historiadores treinados na escola do materialismo filosófico, tampouco, seja convertido em “derivaçãoismo”, uma simples derivação de uma historicidade X, seja ela qual for. Em um diálogo com os estudos das redes intelectuais na América Latina e com as filosofias de Martin Heidegger e de Jacques Derrida, apresentaremos um modo de historicização do contexto, quer dizer, um conjunto de contextos que operam em um determinado texto interpretado e que não esgotam sua relação com o texto. Trata-se de recusar toda e qualquer forma de derivação exclusiva de historicidade das ideias, por meio de um tratamento interpretativo do contexto como o *espaço* de confluência (fluir em comum), por excelência, de todo e qualquer gestar-se da história a partir de sua constituição como temporalidade. Parafraseando Heidegger, o contexto é histórico não por “estar na história”, mas por ser temporal no fundo de seu ser. Um contexto existe historicamente porque sua constituição não é o continente *real passado* onde se estabelecem os fatos e processos históricos, mas sim, a temporalidade<sup>1</sup>. O que é o *histórico* do contexto? Jogar para esse adjetivo, os substantivos economia, sociedade, cultura, política, tropos linguísticos, pouco ajuda a pensá-lo em termos de abertura, de historicidade por meio da qual o próprio contexto é contextualizado. Ao contrário, o apelo a tais domínios *naturalmente* constitutivos da história reproduz, às vezes com uma carapaça conceitual contemporânea, as teses básicas do realismo filosófico do século XIX, que alguns historiadores tendem a confundir com o real.

A pergunta que se apresenta, como um corolário da historicização do contexto é: como podemos operacionalizar a ideia da temporalidade constitutiva do contexto para a pesquisa na história intelectual? Ao interpretarmos um texto ou um conjunto de textos

de um determinado período histórico, quais são os caminhos possíveis para a sua interpretação? Minha sugestão para pensar uma alternativa não *derivacionista* de historicização das ideias implica reconhecer em todo o processo de escrita de um texto do passado, não a simples existência do autor que garante a presença plena da historicidade, nem um contexto originário do qual o autor escreve, muitas vezes circunscrito a um Estado-nação. Seguindo a tripartição da mundanidade do mundo, sugerida por Martin Heidegger, podemos pensar o contexto a partir do mundo-ambiente, do mundo-compartilhado e do mundo próprio, os quais configuram uma estrutura relacional na qual a existência se apresenta como um ser-no-mundo<sup>2</sup>.

Desses níveis contextuais, podemos dar ênfase ao mundo compartilhado, no qual o autor de um determinado texto está lançado no mundo com outros e com os quais estabelece relações, seja para discutir questões do mundo-ambiente, do mundo vivido intersubjetivamente, como também do mundo de sua vivência subjetiva. O conjunto de reflexões apresentados por um autor a partir dessa inserção tripartida no mundo configura seu ser, ou para usarmos a terminologia heideggeriana, seu ser-aí autoral. Dominick Lacapra (1983, p. 36-60) traduziu a perspectiva de Heidegger para a história intelectual em um texto que ficou célebre, no qual Lacapra sugere que o historiador intelectual, ao interpretar um texto, deve levar em consideração, ao menos, seis níveis contextuais: as relações entre as intenções do autor e o texto, as relações da vida psicológica do autor e o texto, as relações sociais e o texto, a cultura e os níveis de educação dos intelectuais e o texto, a relação do texto com o *corpus textual* de um escritor ou de um conjunto de escritores, o que remete para a ideia de uma relação entre o texto e textos de outros autores, bem como a relação entre modos de discurso e texto (modos mais ou menos formalizados de discurso, estruturas de interpretação, convenções e regras de linguagem). Seu texto é voltado para uma discussão de caráter mais teórico do que propriamente metodológico – em que pese a dificuldade de separarmos tais níveis. Há uma preocupação maior por parte do autor em definir os contextos aos quais devemos prestar atenção ao interpretarmos um texto do que o como fazer essa interpretação. Nesse sentido, o estudo das redes intelectuais na América Latina

oferece um avanço significativo para a discussão metodológica – o tratamento ao documento/texto – de um autor ou, no caso, do conjunto de autores e ideias que configuram uma rede intelectual. É para algumas questões metodológicas desses estudos que nos voltaremos a seguir, de modo que seja possível apresentar a abertura contextual que os *estudos eidológicos* oferecem para o historiador intelectual, bem como aduzir algumas contribuições que a história intelectual pode oferecer para aprofundar a historicidade do contexto que as redes intelectuais perspectivam.

### A historicidade dos contextos

Ainda que alguns dos estudos das redes intelectuais estejam direcionados para uma história de caráter mais sociológico ou para uma história dos intelectuais, por meio da qual se procura historicizar certas sociabilidades e, com isso, pensar uma possível integração de determinados intelectuais para além das fronteiras do Estado-nação, tais estudos têm sido decisivos no estabelecimento de uma crítica a três perspectivas teórico-metodológicas que acompanharam o desenvolvimento da história intelectual e que contribuíram para sedimentar certos contextos: 1) a demarcação de um Estado-nação (especialmente europeu-ocidental) como o contexto originário da escrita; 2) o sujeito como fonte plena de saber; 3) a influência de uma matriz teórica europeia como ponto de partida genealógico da história de uma ideia. Nas palavras de Devés Valdés (2007, p. 29-31), as redes se formam nas tensões entre vontade e espontaneidade, entre questões mais ou menos acadêmicas, condições idiomáticas, de proximidade cultural e econômica, afinidades eletivas entre intelectuais que trabalham questões similares e mesmo instituições como sociedades, centros, associações, congressos, publicações, entre outros. Como se pode notar, evocar o que poderia compor historicamente uma rede não é algo fechado. As redes dependem de uma série de condições que somente se tornam claras no próprio processo de sua constituição. Não há, antes de qualquer história intelectual, uma rede constituída que formaria

um contexto prévio e apriorístico. O contexto é rede e as redes, levando em consideração as mútuas relações e os seus desdobramentos, são contextos nos quais a escrita de uma obra ou de um conjunto de obras se temporaliza. As redes implicam certa continuidade nas trocas, mas as configurações que ela assume, os contextos que ela mobiliza são variados, tantas quantas podem ser as redes intelectuais. Ainda segundo Devés Valdés (2007, p. 34-35), os aportes da noção de redes para os *estudios eidológicos* são numerosos: pesquisadores interessados em confeccionar cartografias intelectuais e/ou eidéticas; para aqueles que se ocupam da circulação das ideias através do espaço e do tempo; para aqueles que tentam localizar os pensadores em seus contatos, por meio das relações interpessoais; ou ainda para aqueles que se ocupam das hibridizações e evoluções geradas em ecossistemas intelectuais, dos quais as redes são um dos componentes; para aqueles que trabalham sobre as “influências”, a circulação das ideias e sua disponibilidade em redes, por meio das quais elas amadurecem sua cidadania. A noção de rede ainda serve para complementar e melhorar outras noções como geração e campo intelectual, especialmente nesse último caso, em que as disputas pelo poder e pelo capital sócio-cultural são levadas em consideração com outros níveis da realidade intelectual, tais como a cooperação e a integração científico-tecnológica para além do Estado-nação.

Feito esse breve recenseamento, não fica difícil para o historiador intelectual pensar as contribuições que o estudo das redes intelectuais pode oferecer e estimular para historicizar as ideias e os seus contextos. Em primeiro lugar, se tomarmos um conjunto de autores latino-americanos de um determinado momento histórico que dialogam entre si, ou que dialogam entre si e com intelectuais europeus, ou ainda com intelectuais de outros continentes que não sejam nem a Europa e nem a América Latina, temos os mundos-ambientes e intersubjetivos que aparecem na cena discursiva, de modo que as ideias possam se constituir como significativas para a nossa compreensão. Devés Valdés ressalta as condições idiomáticas como um elemento importante na constituição das redes – basta ver a ênfase nos estudos de redes intelectuais nos países de língua espanhola –, mas tais condições não significam fechamento

do contexto. Além delas, outras estruturas relacionais são mencionadas, entre as quais academias, instituições, revistas e publicações e, claro, afinidades entre autores. O Estado-nação, que muitas vezes demarca campos de conhecimento tomados como naturais – historiografia brasileira, historiografia argentina, historiografia alemã etc – é, no caso das redes, mais um elemento, entre muitos outros, que compõe o contexto. Além disso, a escrita, tomada como uma atividade intencional e subjetiva, tem um alcance que precede e transcende o autor de modo isolado, na medida em que o coloca no mundo com outros autores e cujas intenções se configuram em um espaço e tempo abertos. Ainda que objetivos comuns, intenções e mesmo configurações discursivas possam se materializar em publicações de revistas, nas quais um objetivo comum pode transcender pequenas diferenças, os conflitos, as oposições de ideias e mesmo as motivações e aspectos sociais podem variar conforme o autor em questão. Ao se demarcar uma rede intelectual como objeto de estudo, é possível apresentar as intenções e motivações concorrentes entre os autores, os modos pelos quais eles configuram uma homogeneidade, bem como suas diferenças, as sociedades nas quais tais autores estão inseridos – o que inclui instituições, classes sociais, grupos políticos, Estados-nações –, as culturas às quais eles pertencem, bem como as estruturas argumentativas usadas em comum ao formar suas ideias. Ainda poderíamos aventar outras razões que as redes intelectuais mobilizam em sua problematização do contexto. Para os objetivos propostos nesse artigo, acreditamos que esse pequeno inventário de vantagens de sua utilização seja suficiente.

Pensamos, contudo, que a metodologia das redes intelectuais pode se tornar ainda mais efetiva naquilo que ela denuncia – a saber, as influências, o sujeito como fonte plena do saber e a delimitação de um Estado-nação como configurador do contexto de um pensamento – se a ela for incorporada a perspectiva das redes textuais e a desconstrução da ideia de contexto proposta por Jacques Derrida. Em que sentido?

Começamos pelo problema do primado do sujeito como fundamento do saber, que está na base das histórias tradicionais das ideias, como também em grande parte da tradição filosófica ocidental.

Em linhas gerais, a crença no primado do sujeito como fonte do saber (e da verdade) está arraigada naquilo que Martin Heidegger denominou a metafísica da presença, a determinação primordial do sentido do ser como presença (DERRIDA, 2001, p. 13). Trata-se de uma valorização excessiva da origem do discurso, entendida como referência simples, não-desdobrada, a uma presença idêntica a si mesma, a preservação de uma presença original, representada pela “figura paterna” daquele que enuncia e controla seu próprio discurso. Em que medida essa presença pode ser plena no enunciado de um discurso escrito? E como traduzir essa presença consciente da intenção do sujeito falante à totalidade de seu ato locutório no caso dos textos-objetos do historiador intelectual? Preconizar a presença a si mesma de uma intenção que anima determinado enunciado parece indicar o problema da ausência que todo discurso traz e que se torna ainda mais incisivo e sinuoso na escrita. A escrita, de acordo com Derrida (1991, p. 14), continua a produzir efeitos para além da presença do emissor e do destinatário. Nesse sentido, como vimos acima, as redes oferecem um mundo de contextos nos quais as ideias não se esgotam na presença da escrita. Nas suas palavras (*Ibid.*, p. 19): “Toda a escrita deve, para ser o que ela é, poder funcionar na ausência de todo destinatário empiricamente determinado em geral”. “Para que um escrito seja um escrito”, continua Derrida (1991, p. 19), “[...] é preciso que continue a ‘agir’ e ser legível mesmo que o que se chama de o autor do escrito não responda mais pelo que escreveu”.

Ao reconhecer na obra de Jacques Derrida uma alternativa para esses problemas, o que poderíamos arrolar como possibilidades conceituais para pensar a historicidade das ideias em termos de rede? Algumas dessas possibilidades já foram mencionadas acima. Derrida tem um conjunto de termos que servem para determinar a desconstrução, a começar pela própria *ideia* de desconstrução. Derrida sugere que a desconstrução implica pensar a genealogia estrutural de certos conceitos e jogar com suas configurações exteriores e interiores. Qualquer conceito concebido como puro, sob o signo da desconstrução, é marcado por sua *différance*, pela sua exterioridade constitutiva (DERRIDA, 2001, p. 13). Essa exterioridade constitutiva pode ser um autor ou um conjunto de autores, como

também ideias-limites que configuram seus textos, cujos significados se situam para além e aquém da suposta essência do conceito. Por exemplo: a ideia de Brasil construída pelos intelectuais brasileiros de fins do século XIX passou não somente pelas intenções que cada um deles teve ao elucidar o conceito, como também pelos exteriores constitutivos desses conceitos – o que o Brasil não era. O que se apresentava para eles como um não-ser do Brasil? Entre outros significantes, os principais eram as Américas inglesa e hispânica, como também a Europa ocidental, especialmente Portugal, França e Inglaterra. Na estrutura da retórica nacionalista, pode-se notar a demarcação de um mesmo e de um outro da nação – que pode assumir a forma interna ou externa do *ser*. A mobilidade discursiva que se opera nessa situação implica um deslocamento constante do significado positivo da nação, o qual se modifica de acordo com os contextos colocados em cena. Autores podem ter intenções que variam de acordo com suas motivações pessoais, com sua posição institucional ou de classe, com sua situação em determinada região, com os jogos de linguagem e os significados disponíveis para a construção de uma narrativa, entre outros.

A escrita, nesse sentido, é sempre um processo de rasura, na qual a inscrição se coloca sobre outra inscrição, sem que se apague completamente aquilo que ficou como o arquirastro. Os textos, mais do que remeterem a um ou a outro autor, formam uma rede na qual o autor é apenas um dos pontos de conexão de mundos muito mais complexos nos quais devemos estimar o contexto subjetivo e intersubjetivo da escrita – os mundos cooriginários que mencionamos anteriormente.

O movimento da *différance*, na medida em que produz os diferentes e os diferencia, é a raiz comum de todas as oposições de conceitos que escandem nossa linguagem (DERRIDA, 2001, p. 14). Na *différance*, nenhum conceito, palavra ou qualquer enunciado primordial sintetiza ou comanda, a partir da presença autoral que configura o centro, o movimento textual das diferenças. O sentido, algo que o historiador busca compreender ao interpretar um texto, é constituído de um tecido de diferenças, uma rede de remessas textuais a outros textos, uma transformação textual na qual cada termo supostamente *simples* é marcado pelo rastro de um outro, a

interioridade presumida do sentido que é sempre centrífugo, uma força direcional que se desloca sempre para fora de si. Nesse sentido, a rede pode ser um entrelaçamento dos contextos em questão, não porque eles sejam a simples presença, mas, pelo contrário, porque eles são a abertura radical de todo o sentido, no qual o perguntar pelo seu ser implica uma imersão naquilo que ele não é.

As redes intelectuais podem ser redes textuais nas quais participam autores que já morreram e que nunca fizeram ou nunca farão parte de uma rede determinada, ou ainda autores cujas ideias estão aquém ou além de um contexto idiomático. Ideias, valores, crenças, jogos de linguagem e regras de escrita, podem ser construídas a partir de uma relação histórica que leva em conta a tradição de uma determinada cultura intelectual, para além (ou aquém) do estabelecimento de uma rede propriamente. Nesse sentido, a rede intelectual constituída seria mais um componente contextual entre outros que operam na interpretação de um texto ou de um conjunto de textos. No momento em que um autor escreve um texto, ainda que ele tenha uma intenção de alcançar um público X, não se pode determinar qual será o alcance de seus escritos. Não se pode fechar o significado que o autor atribui ao texto como a única verdade do texto, nem tampouco estender a intencionalidade para a rede, o conjunto intencional de uma rede que se converteria em um hipersujeito.

Na questão idiomática, parece residir certa fragilidade da historicização dos contextos que as redes intelectuais possibilitam. Seus estudos não foram tão bem-sucedidos – se falarmos aqui de estudos relativos ao pensamento de fins do século XIX e dos primeiros anos do século XX no contexto latino-americano envolvendo o Brasil – quando foram analisados textos escritos em línguas diferentes. Tomemos alguns exemplos: se pensarmos o discurso especulativo sobre a história por meio do qual se tentou construir um sentido universal do gestar-se das sociedades – a filosofia da história – não fica difícil perceber que autores brasileiros, argentinos e uruguaios que pensaram o tema da nação e da identidade nacional o fizeram em termos de uma metanarrativa ou de uma história da civilização como ideia reguladora de uma estágio no qual a nação se desenvolvia (fosse no caso brasileiro, argentino, alemão, francês ou norte-americano). Poderia haver uma filosofia progressista,

evolucionista ou mesmo pessimista em relação ao futuro nacional. Nenhuma delas deixou de se pautar por uma filosofia da história. E as filosofias da história, como uma forma de narrar o passado da nação, não foram criações específicas de uma rede intelectual, ainda que as redes pudessem dar contornos diferentes para essa narrativa, conteúdos diferentes para suas formas. Há um fundo comum que estabelece a estrutura da narrativa, na qual a composição se dá dentro de uma remessa de textos a outros textos, nos quais podemos mapear uma zona indistinta de criação e de difusão, que não se restringe nem à Europa e nem à América.

Hegel, Ranke, Comte, Spencer, Frederic Jackson Turner, José Enrique Rodó, entre outros, criaram filosofias da história – que não eram completamente originais – e pautaram significativamente as estruturas que as narrativas nacionais do século XIX tinham. Autores brasileiros, uruguaios e argentinos de fins do século XIX e do século XX pensaram o lugar de suas respectivas nações no concerto civilizacional ocidental. Ainda que o Ocidente fosse apenas uma ideia-limite e reguladora do que ser no presente e no futuro, não se pode deixar de reconhecer que as nações eram narradas em uma filosofia da história comum. E muitas dessas narrativas foram criadas sem que tais autores fossem parte de uma rede intelectual. Talvez poderíamos falar em uma rede textual, na linha de Derrida, para definir tais relações. Nesse sentido, poderíamos falar em uma rede hegeliana, ou uma rede arielista, ou ainda uma rede bomfiniana para designar pensamentos nacionais construídos em contextos diferentes, sem que desembocássemos em um estudo das influências, pois o que importaria, mais do que mapear qualquer influência, seria pensar as fronteiras que demarcariam o mesmo e o outro na construção de uma filosofia da história, ou mesmo como determinadas ideias funcionaram no processo de elaboração das escritas da nação. Nenhuma escrita da identidade nacional seria nacional, no sentido de ter o Estado-nação como seu regulador. Ela seria, desde seu ponto de partida, uma remessa de textos e contextos nos quais a nação ou continente seriam apenas pontos de um circuito aberto em seu futuro (no passado).

Tomemos mais um exemplo, servindo-nos da ideia de fronteiras internas da América Latina: os escritores Eduardo Prado, Manoel Bomfim, Carlos Bunge e José Enrique Rodó, respectivamente nos livros *A ilusão americana* (1893), *América Latina: males de*

origem (1903), *Nuestra América* (1903) e *Ariel* (1900) escreveram sobre modos de civilização por meio dos quais eles pensaram a própria história nacional e as maneiras de alcançar o progresso ou o pleno desenvolvimento civilizacional. Todos foram leitores e criadores de filosofias especulativas da história. Esses autores jamais constituíram uma rede intelectual, não obstante a existência de aspectos estruturais comuns nas suas obras<sup>3</sup>. Diversas razões podem ter contribuído para que eles não tenham tido contato entre si, entre elas, a barreira linguística. Eduardo Prado, por exemplo, constituiu uma rede intelectual com escritores portugueses, tais como Eça de Queiros e Oliveira Martins. Não é difícil mapear publicações conjuntas, encontros pessoais, ideias afins entre aqueles autores. Não obstante, as ideias de Prado, como também de outros pensadores monarquistas brasileiros que atacaram o modelo de civilização norte-americano no início do século XX, poderiam se aproximar, parcialmente, das ideias de uma rede arielista, especialmente na denúncia de um modo de civilização que se impunha como hegemônico em relação à tradição latina da América, fosse hispânica, fosse portuguesa. Carlos Bunge e Manoel Bomfim escreveram suas principais obras de denúncia da “inferioridade” da América Latina em 1903. A responsabilidade pelo atraso civilizacional, os principais agentes da mudança, a perspectiva de futuro variavam nas suas respectivas obras, se as compararmos. Mas não resta dúvida de que ambas – sem que os autores tivessem contato entre si – apresentavam o conjunto de mazelas históricas da América Latina e os meios de saná-las. É a partir de uma ideia de rede contextual – o contexto do mundo-ambiente, do mundo compartilhado e do mundo subjetivo – que podemos pensar a historicidade das ideias desses autores. Havia uma barreira idiomática que talvez tenha impedido a formação de uma rede intelectual entre autores brasileiros, argentinos e uruguaios, mas, simultaneamente, havia um compartilhamento de ideias que poderia remeter a uma integração de saberes nos quais a cumplicidade da denúncia do atraso civilizacional latino-americano, comparado com o mundo europeu e norte-americano, seria a pedra-de-toque de seu pensamento – casos de Rodó, Bunge e Bomfim<sup>4</sup>. Ele não seria o esgotamento da historicidade das ideias, mas apenas um dos seus pontos possíveis.

Lacapra (1983, p. 56) diria que tais cumplicidades seriam parte do contexto de modos de discurso e estruturas de interpretação comuns aos autores, nos quais qualquer ideia de nação implicaria o princípio fático e discursivo de sua autonomia, uma estrutura retórica comum que colocaria autores que jamais tiveram contato entre si em um nível básico de integração de seu pensamento. Nesse caso, a história intelectual, especialmente por meio da radicalização do contexto, poderia aprofundar os estudos das redes intelectuais também no nível de integração do pensamento, mesmo de autores que nunca tenham efetivamente dialogado, convivido ou mesmo estabelecido publicações comuns.

### **Considerações finais**

Pretendemos, ao longo desse artigo, discutir algumas questões de ordem teórica, a fim de aprofundar o diálogo entre a história intelectual e o estudo das redes intelectuais. Os desafios teóricos que se apresentam são grandes, sobretudo na redefinição e aprofundamento da ideia de contexto levada a cabo por historiadores intelectuais ligados a uma concepção documental e pouco performativa do texto. Os historiadores precisam repensar o que constitui a historicidade do contexto, de modo a desnaturalizar o que muitas vezes se designa e se consolida com o lugar objetivo de todo enunciado histórico – não somente na história intelectual. A noção não problematizada do contexto, quando concebido em sua “definição supostamente exaustiva” (LACAPRA, 1985, p. 19), tende a nos levar a pensar um texto, em uma rede intelectual ou não, a algo que se constitui em termos de história a partir de outra historicidade exterior ao texto, como se essa suposta saída do discurso implicasse uma relação direta com a realidade objetiva. Não se trata, evidentemente, de estabelecer uma disputa entre o discurso e a experiência, entre a descrição e a representação do passado, mas tão-somente de radicalizar aquilo que é, para o historiador intelectual, o seu objetivo principal: compreender um texto em sua historicidade.

## INTELLECTUAL HISTORY AND CONTEXTUAL NETWORKS

**Abstract:** The aim of this article is to investigate the question of historicity of the historical context in intellectual history from a dialogue with the hermeneutics, deconstruction and with studies on intellectual networks in Latin America. As a basic assumption, it is understood that intellectual networks studies increased significantly the perspective of the historical context in the interpretation of ideas, but a joint with the philosophies of Martin Heidegger's hermeneutics and deconstruction of Jacques Derrida can further contribute to the radicalization of the problem of historical context.

**Keywords:** Intellectual history. Intellectual networks. Latin America.

## Notas

<sup>1</sup> A célebre frase de Heidegger é: “A análise da historicidade do *Dasein* procura mostrar que esse ente não é ‘temporal’ por ‘estar na história’, mas, ao contrário, só existe e pode existir historicamente porque é temporal no fundo de seu ser”. Ver: (HEIDEGGER, 2012, p. 1021).

<sup>2</sup> A questão da mundanidade do mundo é amplamente discutida por Heidegger no terceiro capítulo de *Ser e tempo*. Ver: (HEIDEGGER, 2012, p. 197-329).

<sup>3</sup> Devés Valdés reconhece a falta de um contato mais significativo entre autores brasileiros e autores hispano-americanos (algo que se rompeu somente com o surgimento do pensamento cevalino). O autor afirma que, mesmo que José Enrique Rodó tenha escrito algo na Revista Americana do Rio de Janeiro, os contatos entre luso-americanos e hispano-americanos foram escassos, apesar das semelhanças importantes no pensamento de Rodó e autores como Eduardo Prado, Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Alberto Torres e José Veríssimo. Ver: (DEVÉS VALDÉS, 2007, p. 72).

<sup>4</sup> Os modos pelos quais tais autores apresentam suas denúncias do americanismo e da responsabilidade da Península Ibérica pelo atraso latino-americano variam, ainda que todos estejam de acordo em criticar o estado atual da América Latina. Do ponto de vista narrativo, Rodó apresenta um texto mais poético do que Bomfim e Bunge. Bomfim, por sua vez, trata da questão da educação com certa sistematicidade e parece avançar mais na radicalização da república. Comparado com Rodó, talvez seja possível afirmar que o texto de Bomfim seja mais republicano e simpático à democracia. Os dois autores parecem concordar que as instituições norte-americanas não se adaptam para as civilizações latinas, mas se Bomfim preconiza um corte radical com o passado ibérico, o mesmo não deriva do pensamento de Rodó e de Bunge. O antiamericanismo de Bomfim é

mais radical do que o de Bunge, apesar de que ambos estão preocupados com a soberania dos países latino-americanos e, especialmente, de seus respectivos países, os quais são centrais no desenvolvimento da mudança progressista da história. Algumas dessas diferenças podem ser mapeadas de acordo com aqueles níveis contextuais apresentados no texto. Procuramos discutir essa questão, de modo introdutório, em: (ARMANI, 2010, cap. 3).

## Referências

ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. [1903]. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BUNGE, Carlos. *Nuestra América*. [1903]. Buenos Aires: Casa Vaccaro, 1918.

DERRIDA, Jacques. *Limited inc*. Campinas: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados – Universidad Santiago de Chile, 2007.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas/Petropolis: Ed. da UNICAMP/Vozes, 2012.

LACAPRA, Dominick. Rethinking intellectual history and reading texts. In: *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. Rhetoric and history. In: *History & criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

PRADO, Eduardo. *A ilusão Americana*. [1893]. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. [1900]. Madrid: Espasa-Calpe, 1963.

Recebido em: 31/03/2013

Aprovado em: 02/05/2013